

Questões

1. (FUNTEF-CAMBARÁ/PR 2016) De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990, a criança e o adolescente possuem todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana. Sobre esse assunto, julgue as afirmativas a seguir.

I. A gestante e a parturiente têm direito a 1 (um) acompanhante de sua preferência durante o período do pré-natal, do trabalho de parto e do pós-parto imediato.

II. O Centro de Referência especializado de Assistência Social (Creas) e os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente deverão conferir máxima prioridade ao atendimento das crianças na faixa etária da primeira infância com suspeita ou confirmação de violência.

III. É assegurado a todas as mulheres o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo e, às gestantes, nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério e atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral no âmbito do Sistema Único de Assistência Social.

Assinale a alternativa correta.

A) Somente I e II estão corretas.

B) Somente II e III estão corretas.

C) Somente a III está correta.

D) Somente I e III estão corretas.

E) Somente a I está correta.

2. (MS OURO PRETO DO OESTE/RO/2016) Conforme o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), Art. 10, os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a:

a) Manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de dezoito anos.

b) Solicitar aos pais que verifiquem a possibilidade da realização de exames para o recém-nascido.

c) Manter o neonato em dependência hospitalar própria, em lugar diferenciado do local onde se encontra a mãe.

d) Disponibilizar registro das atividades hospitalares desenvolvidas no ato do nascimento através de prontuários individuais.

e) Manter sigilo quanto declaração do nascimento onde constem necessariamente as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato pelo prazo de 18 anos. 34

3. (GUARANIAÇU/PR-2016) Conforme a Lei nº 8.069/90 - ECA, é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Para tanto, a garantia de prioridades compreende:

I - Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.

II - Precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública.

III - Preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas.

IV - Proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais que assegurem, exclusivamente, o desenvolvimento físico.

V - Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e juventude.

Estão CORRETOS:

a) Somente os itens II e V.

b) Somente os itens I, III e IV.

c) Somente os itens I, II, III e V.

d) Todos os itens.

4. (AMAUC- IRANI- SC/2017) Não está contido no Estatuto da Criança e do Adolescente:

a) É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

b) A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

c) É dever de todos velar pela dignidade da criança e adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

d) As famílias com crianças e adolescentes com deficiências terão prioridade de atendimento nas ações e políticas públicas de prevenção e proteção.

e) As revistas e publicações destinadas ao público infanto-juvenil poderão conter ilustrações, fotografias, legendas, crônicas ou anúncios de bebidas alcoólicas, tabaco, armas e munição, e deverão respeitar os valores éticos e sociais da pessoa e da família.

materno, exceto aos filhos de mães submetidas a medida privativa de liberdade.

- b) O Sistema Único de Saúde promoverá programas de assistência médica e odontológica para a prevenção das enfermidades que ordinariamente afetam a população infantil, além de campanhas de educação sanitária para pais, educadores e alunos.
- c) Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho de Defesa dos Direitos de crianças e adolescentes da respectiva localidade.
- d) As gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção não terão seu pré-natal acompanhado e serão obrigatoriamente encaminhadas à Vara da Infância e da Juventude.

10. (Imparh – setra -14) De acordo com o Estatuto da Criança e Adolescente é correto afirmar:

- a) A guarda é medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa.
- b) A Tutela poderá ser revogada a qualquer tempo, mediante ato judicial fundamentado, ouvido o Ministério Público.
- c) Os divorciados, os judicialmente separados e os ex-companheiros podem adotar conjuntamente, contanto que acordem sobre a guarda e o regime de visitas e desde que o estágio de convivência tenha sido iniciado na constância do período de convivência e que seja comprovada a existência de vínculos de afinidade e afetividade com aquele não detentor da guarda que justifiquem a excepcionalidade da concessão
- d) A adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, devendo manter os vínculos com pais e parentes, afim de não provocar danos no adotado.

11. (imparh – setra -14) De acordo com o ECA a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Desta forma, assinale a alternativa que indica as diretrizes da política de atendimento:

- a) Regionalização do atendimento
- b) Criação de conselhos municipais dos direitos da criança e do adolescente, órgãos consultivos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federais, estaduais e municipais
- c) A função de membro do conselho nacional e dos conselhos estaduais e municipais dos direitos da criança e do adolescente é considerada de interesse público relevante e será remunerada.
- d) Integração operacional de órgãos do Poder Judiciário, Ministério Público, da Defensoria Pública, Segurança Pública e Assistência Social, preferencialmente em um mesmo local, para efeito de agilização do atendimento inicial a adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional.

12. (imparh – shds -18) Segundo a Lei nº 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que:

- (A) Os filhos adotados terão direitos e qualificações diferenciados em relação aos filhos nascidos da relação do casamento.
- (B) A falta ou a carência de recursos materiais constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.
- (C) A condenação criminal do pai e da mãe implicará automaticamente a destituição do poder familiar.
- (D) O reconhecimento do estado de filiação pode ser exercitado contra os pais ou seus herdeiros, sem qualquer restrição, observado o segredo de Justiça.

13. (imparh – shds -18) De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a afirmativa correta.

- (A) As medidas de proteção à criança e ao adolescente não poderão ser aplicadas cumulativamente nem substituídas por outras a qualquer tempo.
- (B) As medidas de proteção à criança e ao adolescente não são aplicáveis quando seus direitos forem ameaçados ou violados em razão de sua própria conduta.
- (C) Na aplicação das medidas de proteção, levar-se-ão em conta as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.
- (D) A aplicação das medidas de proteção é regida pelo princípio do interesse superior da criança e do adolescente, em detrimento de outros interesses legítimos no âmbito da pluralidade dos interesses presentes no caso concreto.

Gabarito

1. A	2. A	3. C	4. E	5. E	6. B	7. B
8. B	9. B	10. C	11. D	12. D	13. C	

Questões

01. (Cetrede-TRAIRI - 16) Segundo a Lei 13.146, de 06 de julho de 2015, analise as afirmativas a seguir, assinalando (V) para as VERDADEIRAS e (F) para as FALSAS.

- () Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.
- () Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento definitivo ou temporário de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- () Esta Lei tem como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008, em conformidade com o procedimento previsto no § 3º do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, em vigor para o Brasil, no plano jurídico externo, desde 31 de agosto de 2008, e promulgados pelo Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009, data de início de sua vigência no plano interno.
- () Se, no exercício de suas funções, os juízes e os tribunais tiverem conhecimento de fatos que caracterizem as violações previstas nesta Lei, devem remeter peças ao Ministério da Justiça para as providências cabíveis.
- () Em situações de risco, emergência ou estado de calamidade pública, a pessoa com deficiência será considerada vulnerável, devendo o poder público adotar medidas para sua proteção e segurança.

Marque a opção que apresenta a sequência CORRETA.

- a) V – F – V – F – V.
b) F – F – F – F – V.
c) F – V – F – V – F.
d) V – V – V – F – F.
e) F – F – V – V – F."

02. (FJP-RJ-16) A assistência integral à saúde e reabilitação da pessoa com deficiência conta com a dispensação de alguns elementos que aumentam as possibilidades de independência desses usuários e complementam a prestação do atendimento especializado.

A denominação correta desses elementos é:

- (A) materiais pedagógicos especiais
(B) insumos excepcionais
(C) ajudas técnicas
(D) adequações terapêuticas funcionais

03. (Cetrede-TRAIRI-16) No que compete à Lei 13.146, de 06 de julho de 2015, em seu Art. 54, são sujeitas ao cumprimento das disposições desta Lei e de outras normas relativas à acessibilidade, sempre que houver interação com a matéria nela regulada, EXCETO.

- a) A concessão de aval da União para obtenção de empréstimo e de financiamento internacionais por entes públicos ou privados.
- b) A outorga ou a renovação de concessão, permissão, autorização ou habilitação de qualquer natureza.
- c) A aprovação de projeto arquitetônico e urbanístico ou de comunicação e informação, a fabricação de veículos de transporte coletivo, a prestação do respectivo serviço e a execução de qualquer tipo de obra, quando tenham destinação pública ou coletiva.
- d) A aprovação de financiamento de projeto com utilização de recursos públicos, por meio de renúncia ou de incentivo fiscal, contrato, convênio ou instrumento congênere.
- e) As atividades de fiscalização e a imposição de sanções.

04. (EGP - Brotas-16) De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015, considera-se concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva

- a) Acessibilidade
b) Desenho universal
c) Tecnologia assistiva ou ajuda técnica
d) Barreira urbanística
e) Barreira arquitetônica

05. (IMPARH- Setra-14) De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, toda pessoa humana tem direito inerente à vida e o Poder Público adotará as medidas necessárias para garantir seu efetivo exercício pela pessoa

com deficiência, em igualdade de oportunidades com as demais. Assim, assinale a alternativa correta quanto aos direitos fundamentais dessas pessoas.

- a) A pessoa com deficiência não poderá ser submetida à intervenção, tratamento ou institucionalização forçada visando à correção, exceto nos casos de melhoramento ou alívio de qualquer deficiência real.
- b) A pesquisa científica envolvendo pessoa com deficiência interditada deve ser estimulada e realizada, pois traz benefício direto para a saúde de todos, inclusive para os participantes capazes.
- c) Somente em situações de risco, tais como de emergência ou estado de calamidade pública e de violência, as pessoas com deficiência serão consideradas especialmente vulneráveis e receberão proteção e segurança do Poder Público.
- d) Serão punidos, na forma da lei, todos os atentados e violências, em especial contra a integridade física e psicológica de pessoas com deficiência, sobretudo mulheres e crianças, respeitando-se sua singularidade, individualidade e direito inalienável de escolha sobre o uso de seu corpo e vida em pesquisas, investigações, procedimentos e tratamentos médicos ou científicos.

06. (IMPARH- Setra-14) Assinale, dentre as opções abaixo, o atributo do ambiente que garante que todos convivam de forma independente, com segurança e autonomia, nos espaços, mobiliários e equipamentos abertos ao público ou de uso público.

- a) Resiliência
- b) Acessibilidade
- c) Consciência e humana
- d) Cidadania urbana.

07. Conforme estabelece o Estatuto da Pessoa com Deficiência, é correto afirmar que:

- (A) a deficiência afeta a plena capacidade civil da pessoa.
- (B) a pessoa com deficiência não está obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa.
- (C) a avaliação biopsicossocial da deficiência não considerará a restrição de participação.
- (D) as barreiras urbanísticas são as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias.

08. (CESPE – MPE-RR/2017) Assinale a alternativa correta:

- a) A pessoa com deficiência pode ser, em determinados casos, obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa.
- b) O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/15) não contém normas de natureza penal.
- c) A pessoa com deficiência somente será atendida sem seu consentimento prévio, livre e esclarecido em casos de risco de morte.
- d) A pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário com a finalidade de recebimento de restituição de imposto de renda, o que é extensível ao seu acompanhante ou ao seu atendente pessoal.
- e) Nos serviços de emergência públicos e privados, a prioridade conferida pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/15) é condicionada aos protocolos de atendimento médico.

09. (FCC – TRE-PR/2017) As disposições gerais da Lei nº 13.146/15, que instituiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência, estabelece que

- a) Barreira urbanística são os entraves existentes nos edifícios públicos e privados.
- b) Qualquer entrave que limite ou impeça o exercício de direitos como acessibilidade e liberdade de movimento são denominados barreiras.
- c) Acessibilidade é um conceito ligado a produtos, equipamentos, dispositivos e outros que objetivem qualidade de vida e inclusão social.
- d) Pessoas com criança de colo não estão incluídas no conceito de “pessoa com mobilidade reduzida”.
- e) A avaliação da deficiência obrigatoriamente será biopsicossocial e será realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.

10. (FCC – TRE-PR/2017) A Lei nº 13.146/15 disciplina o reconhecimento de igual perante a lei das pessoas com deficiência. Nesse contexto está inserido a curatela, sobre a qual a Lei nº 13.146/15 estabelece que :

- a) A definição de curatela de pessoa com deficiência constitui medida protetiva extraordinária e durará o menor tempo possível.
- b) Os curadores são obrigados a prestar contas anualmente de sua administração ao Ministério Público.

- c) A curatela alcança atos relacionados a todos os direitos ligados à pessoa com deficiência.
- d) para a emissão de documentos oficiais é exigida a situação de curatela da pessoa com deficiência.
- e) A submissão da pessoa deficiente à curatela é obrigatória.

11. (VUNESP – TJ-SP/2017) Nos termos da Lei Federal nº 13.146/2015, a pessoa com deficiência e seu acompanhante ou atendente pessoal têm direito à prioridade na tramitação processual e nos procedimentos judiciais em que forem partes ou interessados.

- a) Somente será atendida sem seu consentimento prévio, livre e esclarecido em casos de risco de morte e de emergência em saúde, resguardado seu superior interesse e adotadas as salvaguardas legais cabíveis.
- b) Poderá ser obrigada a se submeter a intervenção clínica ou cirúrgica, tratamento ou institucionalização forçada, mediante prévia avaliação biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.
- c) Está obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa, a fim de que sejam construídos ambientes de trabalho acessíveis e inclusivos.
- d) em situação de curatela, não terá participação na obtenção de consentimento para a prática dos atos da vida civil, pois, em tal circunstância, não possui qualquer capacidade civil.

12. (FCC – TRE-SP/2017) A avaliação da deficiência, quando necessária,

- a) Terá seus instrumentos criados pelo Poder Legislativo.
- b) Não considerará fatores socioambientais.
- c) Será, excepcionalmente, realizada por equipe multiprofissional.
- d) Será biopsicossocial.
- e) Não considerará fatores pessoais.

13: (FCC – TRE-SP/2017) Considere:

I. Não pode ser membro da família do portador de deficiência.

II. Trabalha com ou sem remuneração.

III. Dentre suas atribuições, encontram-se as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas.

IV. Assiste ou presta cuidados básicos e essenciais à pessoa com deficiência no exercício de suas atividades diárias.

No que concerne às características do atendente pessoal, é correto o que consta APENAS em

- a) II e IV.
- b) III. I e IV.
- c) I, II e IV.
- d) I e III.

14. (FCC – TRE-PR/2017) A Lei nº 13.146/2015 estabelece para a pessoa com deficiência direitos à vida, habilitação e à reabilitação, à saúde, à educação, à moradia, ao trabalho, à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer, ao transporte e à mobilidade, à assistência social e à previdência social. Esses direitos são denominados como

- a) Iguatários.
- b) Inclusivos.
- c) Humanitários.
- d) Fundamentais.
- e) Sociais.

15. (FCC – TRT – 24ª REGIÃO (MS)/2017) A legislação mais moderna se refere à pessoa que tem “impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”, como

- a) Pessoa com deficiência.
- b) Pessoa portadora de necessidades especiais.
- c) Deficiente.
- d) Pessoa portadora de deficiência.
- e) Excepcional.

Gabarito

1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.	10.	11.	12.	13.	14.	15.
A	C	E	B	D	B	B	E	B	A	A	D	A	D	A